



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9510

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Sebastião Ildeu Maia

Data: 07/06/2018

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 52/2018 Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação de Moradores da Comunidade Rural do Vale dos Ipês”. (Referente à Lei nº 5.068, de 28/06/2018).

Controle Interno – Caixa: 25.13

Posição: 15

Número de folhas: 05

Especie: PL
Categoria: Utilidade pública
X: 25.13
Ordem: 15
Nº fls: 35



Nº 24/2018

19.06.2018

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 52/2018

AUTOR:

Ver. Sebastião Ildeu Maia

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a
Associação de Moradores da Comunidade Rural do Vele dos Ipês.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 07/06/2018
- 2 - Comissão Legislação e Justiça.
- 3 - *APROVADO EM REGIME DE URGENCIA*
- 4 - *Em 19.06.2018*
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº 52 /2018.

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

O povo do Município de Montes Claros -MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob denominação de ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE RURAL DO VALE DOS IPÊS, inscrita no CNPJ sob o número 15.002.622/0001-26, com sede na comunidade de Vale dos Ipês, às margens da Rodovia MG-135, CEP: 39410-000, Município de Montes Claros-MG.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 1 de junho de 2018.


SEBASTIÃO ILDEU MAIA
- Vereador -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 07 DE JUNHO DE 2018
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 19 DE JUNHO DE 2018
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 52/2018 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação de Moradores da Comunidade Rural do Vale dos Ipês”, de Autoria do Vereador Sebastião Ildeu Maia.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 08 de junho de 2018.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 52/2018

AUTOR: Ver. Sebastião Ildeu Maia

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação de Moradores da Comunidade Rural do Vale dos Ipês".

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 07/06/2018, com entrada na Sala das Comissões no dia 08/06/2018.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação de Moradores da Comunidade Rural do Vale dos Ipês".

Dentre as finalidades previstas no Estatuto da referida associação está a de promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e ações com recursos próprios e/ou oriundo de doações ou empréstimos, estimular e prestigiar programas de desenvolvimento da Comunidade através da integração d seus moradores.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, vez que atende os requisitos legais previstos em lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2018

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho _____

Relator: Wilton Afonso Dias Soares _____